



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## Mesa Redonda “Políticas Públicas”

### **Roberto Borges Martins**

Ex-professor da UFMG, Consultor da OIT, do PNUD e da CEPAL

Bom dia a todos. Acho que participei de todos os Seminários sobre sociedade inclusiva aqui da PUC, então já sou um veterano desses Seminários. É uma satisfação muito grande estar aqui hoje mais uma vez, vendo tantos amigos, amigas, companheiros, companheiras aí na platéia, e de estar nesta Mesa com o Toninho e Cida Gurgel. Eu e a Cida fomos colegas na militância do Conselho Nacional Contra a Discriminação, no ano de 2002. É um prazer revê-la, Cida.

Bom, algumas pessoas vão ter que me desculpar porque vou me repetir. Quem já assistiu às minhas apresentações, e alguns aqui já assistiram sobre a questão das desigualdades raciais e as políticas de inclusão racial no Brasil, vai ter que ouvir de novo, porque não mudou a situação de desigualdade racial: existe alguma mudança nas políticas de inclusão, mas a situação basicamente é a mesma do ano passado e do ano retrasado e do século XX, do século XIX, do século XVIII... Então eu vou me repetir um pouco. A estrutura do que vou falar para vocês é a seguinte: vou fazer um diagnóstico das desigualdades raciais no Brasil, mostrar como são elas hoje, em diversas áreas. Na área da educação, na área da renda, da pobreza, em diversas áreas. Vou tentar fazer isso rapidamente, apresentando números e gráficos, e depois vamos entrar na discussão sobre políticas de inclusão racial.

O plano da apresentação é o resumo das desigualdades raciais e o papel estratégico da educação, uma vez que estamos falando numa universidade.

A educação é um dos principais instrumentos que uma sociedade possui, evidentemente, para promover a inclusão racial e a inclusão social. Depois vamos falar de políticas, o que é ação afirmativa, e tentar responder àquelas perguntas: Se a ação afirmativa é justa e se a ação afirmativa funciona.

Falando das pessoas que se declaram, se autodeclaram pretas ou pardas. É comum, o Movimento Negro faz isso, os órgãos de governos fazem isso, os estudiosos da área fazem isso, ajuntar essas pessoas sob a designação de negros ou afro-descendentes. Essas pessoas são 76 milhões de pessoas em 2000, ou seja, quase metade da população do Brasil. Então nós não estamos falando aqui de um grupo pequeno, de uma minoria como é o caso, por exemplo, de negros na Alemanha, na Suécia, que sofrem discriminação porque são uma minoria. Estamos falando de metade da população brasileira. Minas Gerais tem mais de 8 milhões de negros, é a terceira população negra do Brasil. Durante muitos anos Minas Gerais teve a maior população negra do Brasil. Já a partir do Censo de 1950, não era mais a maior. É uma coisa que pouca gente sabe: o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, incluindo a África. Só a Nigéria tem uma população negra maior do que a população negra do Brasil. Então, essa é a distribuição da população brasileira: metade, um pouquinho mais da metade se declarou branco, a outra metade se declarou negro, preto e pardo, e temos menos de 1% entre indígenas e amarelos, ou seja, de origem asiática. A distribuição da população de Minas Gerais é mais ou menos a mesma coisa que o Brasil. Meio a meio, com um número pequeno de outras raças.

Então nós temos que metade do nosso povo, da nossa nação, é constituída por negros, mas as desigualdades são imensas. A sociedade brasileira nunca foi capaz, e continua não sendo capaz, de oferecer oportunidades iguais de desenvolvimento para brancos e para negros. Há um abismo nas condições econômicas e sociais entre os dois grupos, com uma desvantagem brutal para os negros. E vejam essa frase: “Mais grave do que as desigualdades é a constatação de que elas não estão se reduzindo com a passagem do tempo”. Isso é uma coisa central. Gravem isso em suas cabeças. Porque isso tem implicações para o tipo de políticas que precisa ser adotado. Simplesmente deixar as coisas rolarem do jeito que vão rolando há décadas, ou há séculos, não muda o quadro.

Vou apresentar alguns exemplos básicos sobre esperança de vida, mortalidade, exclusão digital, mercado de trabalho, renda, pobreza, habitação, etc. Não estão incluídas outras áreas como acesso à justiça, exposição à violência, representação política.

Vou apresentar indicadores socioeconômicos em diversas áreas. Aqueles que eu não apresentar, vocês podem me acreditar: a situação é a mesma. Se apresentasse duzentos

ou trezentos indicadores socioeconômicos, a história se repetiria monotonamente. O abismo, a distância que existe entre os negros e os brancos é a mesma em qualquer ângulo que se olhe do ponto de vista socioeconômico. Bom, mortalidade infantil. Apenas dois dados: a esperança de vida, ao nascer, dos brancos é equivalente à do México e da Hungria; a dos negros é a mesma da Guatemala ou Índia. A taxa de mortalidade infantil dos negros é igual à do Piauí. A dos brancos é parecida com a do Rio de Janeiro. Então, vocês vejam que há uma diferença brutal. O Piauí é um dos estados mais pobres da federação, onde existe mais miséria, e o Rio de Janeiro é um dos estados mais ricos.

Exclusão digital: no Brasil se começou a medir exclusão digital muito recentemente. A primeira vez foi feita no Censo de 2000, depois a PNAD de 2001, do IBGE, mediu quem tem computador, quem tem acesso à Internet. Isso é uma coisa muito importante porque todos sabemos hoje que isso faz uma diferença brutal para o sucesso educacional, para o acesso à informação, para a inserção no mundo do trabalho, enfim, para a inserção no mundo. Acesso às tecnologias digitais, hoje, é uma coisa fundamental para a cidadania. E os resultados, eu não tenho uma série histórica disso porque as pesquisas começaram muito recentemente, mas os resultados são preocupantes porque os diferenciais vão gerar mais diferenças no futuro. Eu tenho um neto, de nove anos, que é capaz de ligar o computador, entrar na Internet e fazer uma pesquisa usando o Google. E dispensa ajuda, diz assim: “Não quero ajuda, eu sei fazer isso muito bem!” E ele tem um computador em casa. As chances desse menino, de um dia entrar na Universidade são infinitamente maiores do que as chances de outra criança, negra, que não tenha tido nunca um livro e muito menos um computador dentro de casa. Então, a exclusão digital é um problema muito sério.

Vejam vocês, em dados para 2001, a percentagem de pessoas morando em domicílios que têm microcomputador: 18% de brancos, os negros apenas 5%. Acesso à Internet – esse é um dado de 2001, já deve ter mudado – 13% dos brancos moram em casas com acesso à Internet, e apenas 2,8% dos negros. Em telefonia celular, a quantidade é bem maior, mas mesmo assim a diferença é muito grande.

Vou falar do mercado de trabalho rapidamente. Em qualquer lado que se olhe no mercado de trabalho a diferença entre brancos e negros é brutal. A taxa de desemprego dos negros é muito mais alta do que a dos brancos, mesmo quando eles têm a mesma

escolaridade. Vamos ver que, se comparando brancos e negros analfabetos, brancos e negros de nível secundário, brancos e negros de nível universitário, a taxa de desemprego dos negros é maior. Quanto às condições de informalidade, o tipo de inserção no mercado de trabalho é muito pior para os negros. Eles têm menos carteira assinada. A remuneração do negro, em média, é menor do que a metade da remuneração do branco. Eu fiz um trabalho para a OIT no ano passado em que demonstro que parte dessa diferença deve-se a diferenças educacionais; os negros recebem menos educação do que os brancos. A escolaridade média da população negra é menor. Mas uma grande parte não é explicada pela diferença de escolaridade, e sim por discriminação no mercado de trabalho. E, além das exclusões geradas pela questão educacional, vastas áreas do mercado de trabalho são fechadas aos negros por puro preconceito racial dos empregadores e da sociedade. Já participamos de seminários, por exemplo, em Salvador, que é uma cidade negra e onde não se empregam negros nos *shoppings centers*, ou não há garçons negros nos restaurantes da Zona Sul do Rio de Janeiro, que é uma cidade também absolutamente africana. Então, o negro está na cozinha, ele está no depósito, ele nunca está no balcão da companhia aérea; há vastas áreas que são fechadas ao negro porque ele é negro, independentemente da escolaridade. E vamos ver que as disparidades raciais no mercado de trabalho, os hiatos de desemprego, informalidade, precarização e remuneração, estão aumentando, não estão diminuindo.

Desemprego: numa série de 92 até 2001, as mulheres negras aparecem sempre com taxas de desemprego muito mais altas, seguidas das mulheres brancas, seguidas dos homens negros e dos homens brancos. Em termos de desemprego, a variável gênero domina a variável raça, ou seja, as mulheres têm mais desemprego do que os homens, mas, dentro do gênero, a raça, os negros estão sempre piores do que os brancos.

Taxa de desemprego por raça e escolaridade: Em todos os níveis de escolaridade, a não ser no nível superior, que é equivalente, a taxa de desemprego dos negros, comparados com brancos da mesma escolaridade, é muito maior. Então o sujeito faz 8ª série, o outro faz também, mas o branco arranja emprego e o negro não arranja.

Informalidade. É quem não tem carteira assinada. Primeiro que é ilegal, depois traz todas as desvantagens de você não estar sob a proteção da legislação trabalhista, você não tem a proteção previdenciária, não tem nada disso. Então vejam a distância que existe:

50% das mulheres negras no Brasil, que trabalham, trabalham em condições de informalidade; 43% dos homens negros trabalham em condições de informalidade. A informalidade é muito alta no Brasil para todo mundo. A dos brancos também é alta, mas a dos negros é muito maior. E se acrescentarmos a esse conceito o conceito da OIT, que é o conceito de precarização da ocupação, que, digamos, é um conceito, é uma generalização do conceito de informalidade, aí as taxas vão para o espaço. Mais de 70% das mulheres negras que trabalham, trabalham em condições de precariedade. São vínculos precários com o mercado de trabalho.

Remuneração: Você pega todos os negros que trabalham no Brasil, calcula a média da renda deles, pega todos os brancos que trabalham e calcula a média da renda deles. Eu dividi uma pela outra. Vocês vejam que, em média, o negro ganha 50%; isso aí é de 92 até 2001, foi uma década em que aconteceu um milhão de coisas, mudaram governos no Brasil, mudaram planos econômicos, acabou a inflação, houve período de crescimento, período de estagnação, período de abertura, período de fechamento comercial, período de privatização, houve de tudo! Não mudou a diferença. Então vejam que isso parece (eu uso uma imagem macabra), o eletrocardiograma de um morto, é aquela coisa que não muda, em média, o negro ganha 50% do que ganha o branco.

Aí eu fiz o seguinte exercício: você faz uma simulação, atribui à população negra a mesma escolaridade da população branca e mantém o salário que eles ganham. O exercício está me dizendo o seguinte: ainda que os negros tivessem a mesma educação da população branca, eles ainda não ganhariam a mesma coisa. Mais da metade da diferença salarial de brancos e negros não se deve à diferença educacional. Se conseguirmos amanhã, por milagre, que os negros tenham a mesma escolaridade que os brancos, ainda assim haveria uma diferença muito grande no mercado de trabalho. Esse fato merece um comentário mais amplo: a diferença educacional é gerada fora do mercado de trabalho. Quando uma criança negra está na barriga da mãe, ela já leva uma diferença educacional porque a escolaridade das pessoas depende muito da escolaridade dos pais e, principalmente, da escolaridade da mãe. A diferença de escolaridade vem transmitida de geração a geração. O fato de que meus avós, meus bisavós, meus trisavós tiveram menos educação do que os seus, vai contribuir para que eu receba menos educação do que você. Mas, enfim, eu tenho um fato que é gerado historicamente e transmitido através de gerações, e outro que é gerado no próprio mercado de trabalho. A

conjugação desses dois fatos gera o imenso hiato de renda entre brancos e negros, ou seja, discriminação passada, que vem desde o tempo da escravidão, e discriminação presente: as duas somadas geram a diferença de renda no mercado de trabalho.

O negro, além de ter menos escolaridade, se ele tiver a mesma escolaridade, ainda ganha menos; ele ganha cerca de 70% do que ganha o branco. E aí uma coisa mais impressionante: comparei brancos com certa escolaridade com negros com um nível de escolaridade acima. Os brancos com 4 a 7 anos de estudo ganham mais do que os negros com 8 a 10 anos de estudo. Os brancos com 0 a 3 anos de estudo, ou seja, analfabetos, ganham mais do que os negros com 4 a 7 anos de estudo. Tal é a situação do mercado de trabalho brasileiro. Nesse estudo que mencionei, que fiz pra OIT, eu separei isso por gênero. Aí a situação piora. Olha, é uma coisa muito ruim você ser mulher negra no mercado de trabalho deste país, é uma coisa muito difícil. Você não consegue emprego e, se conseguir, vai ser muito mais mal-remunerada do que os homens, sobretudo do que os homens brancos.

Vou terminar a parte do mercado de trabalho. Para desmistificar esse enfoque da educação e mostrar que existe racismo, discriminação racial no mercado de trabalho, peguei ocupações que não demandam escolaridade. Ali tenho serviço doméstico. A empregada doméstica branca recebe mais do que a empregada doméstica negra. Ser empregado doméstico não demanda escolaridade nenhuma. O trabalhador agrícola, braçal, o trabalhador por conta própria não profissional, e também vendedor ambulante, o camelô, o biscateiro... Mesmo naquelas ocupações, naqueles grupos ocupacionais que não demandam escolaridade, os negros ganham menos do que os brancos.

Renda das famílias: a renda das famílias negras é menos que a metade da renda das famílias brancas. O conceito usado aqui é renda domiciliar *per capita*. Você soma a renda de todas as pessoas da família e divide pelo número de pessoas do domicílio. É o melhor conceito para medir bem-estar econômico. É daí que saem as medidas de pobreza e de indigência. Bom, é menos da metade a renda das famílias negras, renda média, e a desigualdade nesse indicador também não vem diminuindo com a passagem do tempo. Aí eu fiz o mesmo exercício que citei acima: Eu dividi a renda média das famílias negras pela das famílias brancas. E concluí que é entre 42 e 44%, ao longo da década. É menos

da metade e não está melhorando, não há nenhuma tendência para convergir, para melhorar.

Pobreza e indigência: com a renda mais baixa, a proporção de negros pobres ou indigentes é muito maior que a proporção de brancos pobres ou indigentes. Na verdade é 2 a 2 vezes e meia mais alta a proporção de negros pobres ou indigentes do que de brancos. 45% da população negra brasileira, em 2002, é classificada como pobre, está abaixo da linha da pobreza, contra 22% dos brancos, e 20% dos negros estão abaixo da linha de indigência, contra 8% dos brancos. Então são proporções de 2 a 2 vezes e meia mais altas. Em outras palavras, a pobreza no Brasil tem pobre de toda cor, mas é também verdadeira a afirmação de que a pobreza no Brasil é negra, a pobreza no Brasil tem cor, você vê isso nos sinais de trânsito, quem está pedindo dinheiro, você vê isso nas estatísticas. Existe pobre, sim, e políticas sociais de inclusão têm que incluir todo mundo, têm que incluir crianças louras, crianças indígenas, enfim, pessoas de todas as cores e raças. Mas afirmo a vocês, a pobreza no Brasil é negra, é eminentemente negra.

A proporção de pobres: Diminuiu a pobreza nos anos 90. No início, é a fase mais bem-sucedida do Plano Real. Então diminuiu a pobreza, mas diminui dos dois lados. Eu suspeito até que nos momentos de prosperidade, quando a economia está melhor, quando a economia está crescendo e gerando emprego, como foi o caso ali do início do Plano Real, a situação piora contra os negros em termos proporcionais. Por quê? Porque os brancos estão mais preparados para pegar as oportunidades criadas pela situação de prosperidade. Se amanhã o mercado de trabalho do Brasil começar a crescer rapidamente, vamos ver a diferença entre brancos e negros aumentar. Porque os brancos estão mais preparados para se apropriarem dessas oportunidades.

Gostaria de chamar a atenção do seguinte: Os negros como proporção da população total no Brasil está diminuindo ligeiramente porque sua taxa de crescimento é ligeiramente menor que a dos brancos. No entanto, como proporção da população pobre e da população indigente, está aumentando. Então, não só proporcionalmente existem mais negros pobres e indigentes. O indigente é o extremamente pobre. Todo indigente é pobre, nem todo pobre é indigente. O indigente é um conjunto que está dentro do conjunto dos pobres, e são aqueles que não conseguem sequer resolver seus problemas alimentares. Então, apesar de estar caindo ligeiramente a proporção de negros na população, a



proporção de negros na população pobre e na população indigente está aumentando. Isso significa que qualquer progresso econômico que tenha havido em anos recentes, ou que esteja havendo no presente, está beneficiando mais os brancos do que os negros.

Composição racial da distribuição de renda no Brasil: os especialistas em distribuição de renda costumam trabalhar com decil. Você divide a população em dez grupos de acordo com a renda, do mais pobre para os mais ricos, então, no número 1 há 70% de negros e 30% de brancos; no primeiro decil da distribuição, é a turma mais pobre mesmo. À medida que você vai caminhando para os níveis mais altos de renda, vai diminuindo a proporção de negros e aumentando a de brancos até que no último decil, que são os 10% mais ricos da população, você tem 16% de negros e 82% de brancos. Então, a riqueza no Brasil é branca, a pobreza no Brasil é negra. Não há nenhuma dúvida. Passaram-se os anos e a distribuição de renda entre brancos e negros não mudou nada. Parece uma brincadeira de mau gosto.

Condições habitacionais: Analisando as pessoas vivendo em domicílios com características indesejáveis, materiais não duráveis, domicílio alugado, terreno alheio, sem abastecimento de água adequado, sem esgoto, sem eletricidade, sem coleta de lixo. Só no domicílio alugado consta uma percentagem menor de negros que de brancos. Sabem por quê? Porque, para você morar de aluguel, precisa ter alguma renda, você não pode estar no nível mais baixo da pobreza, o nível mais baixo da pobreza mora ou de autoconstrução, ou invasão de terrenos, ou coisas assim. Então, em todos os itens, a situação habitacional, o acesso ao saneamento, o acesso a serviços públicos do tipo transporte nos negros é muito pior. As diferenças são às vezes duas, três vezes mais altas.

Acesso a alguns bens: Quem tem fogão, geladeira, e domicílios que não têm fogão, geladeira, máquina de lavar, rádio, televisão, TV em cores, *freezer* e telefone. Em todos os itens, sem exceção, os negros têm menos acesso a esses bens. Isso, claro, é apenas um reflexo do fato de que eles têm muito menos renda do que os brancos.

Educação: A educação é um componente básico na determinação das características da população e afeta decisivamente suas condições de bem-estar, sua inserção na economia, na política e na sociedade. Não existe nenhuma sociedade igualitária com grandes disparidades educacionais e não existe sociedade desigual em que a

desigualdade educacional não esteja presente. O sistema educacional pode, em qualquer sociedade, ser um poderoso agente de inclusão e promoção da igualdade, mas ele pode também, ao contrário, atuar no sentido de gerar, de manter ou de ampliar essas disparidades. Então, educação é estratégico. Ela pode ser usada para o bem ou para o mal, no sentido de manter desigualdades, ampliar desigualdades ou no sentido de reduzir desigualdades. No caso do Brasil, o sistema educacional se aproxima da hipótese ruim, mais do que da hipótese boa. O sistema educacional brasileiro não tem sido capaz de diminuir significativamente, ou de igualar, ou de reduzir as diferenças entre brancos e negros.

Então, na verdade, houve um esforço de inclusão educacional nos anos 90 e, nos níveis do ensino fundamental, a inclusão foi grande, não estou discutindo qualidade, mas a inclusão foi grande. Então, negros e brancos se aproximaram. Quando se aproxima da universalização de um serviço, aí você se aproxima da equalização. Mas o fato é que nos níveis médio e superior, as diferenças aumentaram, ou seja, melhorou a escolaridade de todo mundo, brancos, negros... Melhorou o perfil geral da escolaridade no Brasil, mas a dos brancos melhorou mais do que a dos negros, e as diferenças aumentaram. Então, hoje, você tem uma distância educacional que, é claro, se reflete no mercado de trabalho entre brancos e negros, maior do que há 10 anos atrás.

Fiz um exercício de análise da taxa de incremento na porcentagem de negros na população adulta com 25 anos ou mais que tem faculdade. Apenas 2,5% dos negros brasileiros adultos têm faculdade contra 10,2% dos brancos, em 2002. E a taxa de incremento dos brancos é mais rápida, então a diferença está aumentando. Então preocupa essa exclusão da população negra do nível superior de ensino, porque isso daí significa seu alijamento, sua exclusão das posições de mando, tanto no setor público como no setor privado, dos cargos executivos, dos cargos em que se toma decisão, das profissões liberais mais prestigiadas e que dão renda, e assim por diante. O sistema universitário brasileiro dobrou na última década, medido pelo número de matrículas, e supostamente com oportunidades iguais para todos. Uma comparação: Quanto aos negros que tem *high school*, ensino médio completo, os negros americanos atingiram em 1954 o ponto que os negros brasileiros estão hoje, em termos de proporção que tem ensino médio completo. Quanto aos negros com *college*, com faculdade, em 1947 os negros americanos já tinham a escolaridade de *college* que têm hoje os negros

brasileiros, em plena era da segregação, da violência racial explícita. A mesma coisa com a África do Sul. No regime do *apartheid* as oportunidades educacionais dadas aos negros, que a sociedade ofereceu ao negro, foram ligeiramente melhores do que as oportunidades que a nossa democracia racial ofereceu aos negros brasileiros.

Ação afirmativa: é a idéia de tratar desigualmente os desiguais para promover a igualdade. Isso é justiça. Você tratar pessoas que são desiguais pelo mesmo conjunto de regras e achar que está sendo justo é um conceito liberal, é um conceito que herdamos do liberalismo clássico, de que são todos iguais perante a lei. A lei é cega. Nos Estados Unidos eles falam *color blind*, a lei não enxerga a cor das pessoas. Então isso me parece um princípio de justiça, um princípio de direito, uma coisa tão simples que você não quer ter políticas que tenham a igualdade como um pressuposto. Nós queremos políticas que tenham a igualdade como um resultado. Que produzam a igualdade. Essas regras de igualdade de todos perante a lei são essencialmente regras de mercado. Vá lá e vá competir como se fossem todos iguais. Numa sociedade em que as pessoas são brutalmente desiguais, essa competição, a justiça dessa competição, é simplesmente uma mentira. Eu dou um Fusca a você e dou uma Ferrari a você, coloco na linha de partida e dou a bandeirada. Podem competir. Quem você acham que vai ganhar? Um dia a Ferrari pode quebrar e o Fusca vencer, aí o negro entra na Universidade. Mas é essencialmente isso, e o mais grave é que essas desigualdades ancestrais, transmitidas de geração para geração, não foram criadas pelo negro e sim pela história da sociedade brasileira. Essas pessoas foram seqüestradas da África, arrancadas de suas sociedades e trazidas para cá, na condição de escravos, e assim permaneceram durante 380 anos. Então, a sociedade construiu a desigualdade. Ela tem que desconstruir essa desigualdade mediante a adoção de políticas adequadas.

É preciso ter noção de que a política universalista, que trata todo mundo igualmente, por exemplo, uma política de vacinação, é claro que você não vai distinguir. Mas, quanto a outras políticas, você tem que ter discriminação positiva. Tem que discriminar positivamente aquele que foi discriminado negativamente no passado, para compensar. E a política de ação afirmativa, ou de discriminação positiva, é necessariamente uma política temporária. Se daqui a 20 anos, 30 ou 40 anos, tivermos chegado a um nível em que as pessoas realmente têm condições de competir igualmente, então se pode acabar com a política. E é preciso não confundir direito universais com políticas universalistas.

Direito universal é o direito à vida, o direito à saúde, o direito à segurança, o direito ao trabalho; estes são direitos do ser humano, são direitos universais do ser humano. Agora, política universalista é outra coisa. Muitas vezes a promoção de um direito universal depende da adoção de uma política que não seja universalista. Enquanto estivermos adotando políticas universalistas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, vamos estar mantendo as diferenças e não promovendo a igualdade. Então, para garantir o direito universal do cidadão negro brasileiro, é preciso você adotar políticas que não sejam universalistas, que sejam às vezes específicas, focalizadas ou chamadas de ação afirmativa.

É hipócrita dizer que as nossas regras de competição social, como, por exemplo, o vestibular, são justas, que elas promovem a igualdade. Pelo contrário, elas mantêm as desigualdades e, às vezes, ampliam as desigualdades entre as raças. A ação afirmativa é, portanto, a decisão consciente da sociedade; a sociedade soberanamente delibera que quer mudar as regras, que quer mudar, interferir na regra de mercado para produzir os resultados, que seja a igualdade. Tenho vários exemplos dos Estados Unidos mostrando que a ação afirmativa de fato funciona. O número de médicos, de advogados, de juízes, engenheiros, a classe média negra quadruplicou nos Estados Unidos com 30 anos de ação afirmativa. Funciona sim e é uma coisa absolutamente justa. A justificativa ética da ação afirmativa no Brasil, que aliás nós praticamos todos os dias com relação aos idosos, as pessoas portadoras de deficiências, as microempresas, com relação a estados do Nordeste, tudo isso é ação afirmativa. Você dá vantagens para um grupo que você seleciona. A ação afirmativa é justa, e seu fundamento ético reside no fato de que a população branca brasileira tem um débito com a população negra, porque esta população foi trazida para cá, diferentemente do português, do italiano e do japonês, e mantida em condições de servidão durante quatro séculos. O Brasil foi o último país do mundo ocidental a abolir a escravidão. Foi o país que mais importou escravos da África durante os quatrocentos anos de tráfico atlântico. E manteve essa população subjugada, sem direito de estudar, sem direito de ter propriedade, sem direito de coisa alguma. Então existe um débito. E esse débito tem que ser pago. E que seja pago mediante políticas públicas que realmente promovam a igualdade de oportunidades. Gostaria de dizer que acho que estamos avançando; que o governo passado avançou e que este governo está avançando também.

\* \* \*

**Roberto Borges Martins** é economista e historiador, PhD in Economics (Vanderbilt University). Membro, representando a América Latina e o Caribe, do Grupo de Trabalho de Cinco Especialistas sobre Afrodescendentes, do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, Consultor da OIT – Organização Internacional do Trabalho (ONU), Consultor do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Consultor da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Ex - Professor da UFMG, ex - Presidente da Fundação João Pinheiro (Minas Gerais), ex - Presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Governo Federal).